

CA-230/2022 – Sicoob São Paulo

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Instrução Normativa nº 54, de 07/12/2020, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2021
Documentos:	<ul style="list-style-type: none">✓ Balanço Patrimonial✓ Demonstração do Resultado✓ Demonstração do Resultado Abrangente✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido✓ Notas Explicativas✓ Relatório de Auditoria Independente✓ Relatório da Administração
Data publicação no site:	30/03/2022
Sítio eletrônico publicação:	www.sicoobsp.coop.br

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

3. Finalizando, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, através do e-mail jcorsi@sicoobsp.coop.br.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SÃO PAULO

Pedro Sérgio do Carmo
Diretor Responsável pela Contabilidade

José Guilherme Cardoso Corsi
Contador
CRC 1SP314649

Demonstrações Financeiras

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

31 de dezembro de 2021

com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações
financeiras



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Administradores e Associados da
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 21 de janeiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.



EY

Building a better
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC- 1SP300534/O-8

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
BALANÇO PATRIMONIAL
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		8.937.055.334,32	7.239.005.837,00
DISPONIBILIDADES		18.251,48	4.008,54
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.754.030.361,20	7.079.364.755,18
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.980.886.789,31	6.995.555.260,54
Títulos e Valores Mobiliários	6	2.769.420.390,49	79.200.415,99
Operações de Crédito	7	3.161.113,55	3.771.129,35
Outros Ativos Financeiros	8	562.067,85	837.949,30
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(9.674,38)	(18.855,65)
(-) Operações de Crédito	7.e)	(9.674,38)	(18.855,65)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	37.885,30	33.018,76
OUTROS ATIVOS	10	2.588.718,77	2.963.568,19
INVESTIMENTOS	11	177.856.699,10	153.883.398,95
IMOBILIZADO DE USO	12	3.450.861,13	3.615.622,94
INTANGÍVEL	13	225.302,43	295.817,79
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(1.143.070,71)	(1.135.497,70)
TOTAL DO ATIVO		8.937.055.334,32	7.239.005.837,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.937.055.334,32	7.239.005.837,00
DEPÓSITOS		437.093.656,29	493.642.753,31
Depósitos à Prazo	14	437.093.656,29	493.642.753,31
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.187.639.194,81	6.474.894.643,78
Relações Interfinanceiras		8.187.500.623,87	6.474.432.756,10
Centralização Financeira - Cooperativas	15	8.187.500.623,87	6.474.432.756,10
Outros Passivos Financeiros	16	138.570,94	461.887,68
PROVISÕES	18	532.667,85	835.549,30
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	19	492.502,84	340.045,25
OUTROS PASSIVOS	20	4.902.511,55	6.307.462,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		306.394.800,98	262.985.383,27
CAPITAL SOCIAL	21.a)	269.415.857,95	219.681.856,49
RESERVAS DE SOBRES	21.b)	36.044.211,22	35.261.032,74
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(1.823.175,08)	0
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.757.906,89	8.042.494,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.937.055.334,32	7.239.005.837,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		298.309.680,15	398.571.897,52	174.621.362,11
Operações de Crédito	24	84.195,61	144.295,00	68.416,51
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a)	213.507.053,72	299.925.296,39	152.724.928,71
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	84.718.430,82	98.502.306,13	21.828.016,89
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	25	(289.227.625,81)	(386.974.321,39)	(155.449.653,07)
Operações de Captação no Mercado		(14.229.283,18)	(21.517.033,65)	(70.003.517,01)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(274.999.850,48)	(365.466.469,01)	(85.427.280,41)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.507,85	9.181,27	(18.855,65)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.082.054,34	11.597.576,13	19.171.709,04
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		337.635,19	1.871.854,87	(1.273.125,07)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	26	32.126,78	32.126,78	-
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(5.471.717,30)	(9.805.062,37)	(7.926.601,00)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(2.361.557,78)	(4.425.235,19)	(5.276.824,50)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(23.057,81)	(84.266,21)	(98.572,50)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		7.337.379,27	13.306.855,24	9.567.842,48
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	1.239.163,71	3.447.813,36	2.597.356,34
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(414.701,68)	(600.376,74)	(136.325,89)
RESULTADO OPERACIONAL		9.419.689,53	13.469.431,00	17.898.583,97
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		0	(665,00)	0
(-) Perdas de Capital		0	(665,00)	0
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		9.419.689,53	13.468.766,00	17.898.583,97
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.523,42)	(5.523,42)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(5.523,42)	(5.523,42)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		9.414.166,11	13.463.242,58	17.898.583,97
JUROS AO CAPITAL	23	(10.307.171,39)	(10.307.171,39)	(6.409.306,77)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(893.005,28)	3.156.071,19	11.489.277,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	DUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		231.661.176,01	-113.407,24	22.503.443,71	9.885.269,73		5.033.073,45	268.969.555,66
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		25.583.096,59	113.407,24	0	0	0	-5.033.073,45	20.663.430,38
Por Devolução (-)		-43.546.240,30	0	0	0	0	0	-43.546.240,30
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	0	0	17.898.583,97	17.898.583,97
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	0	0	-6.409.306,77	-6.409.306,77
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.983.824,19	0	0	0	0	0	5.983.824,19
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0	0	2.872.319,30	0	0	-2.872.319,30	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	0	0	-574.463,86	-574.463,86
Aumento de capital com sobras		-	-	-	-	-	-	0,00
Saldos em 31/12/2020		219.681.856,49	0,00	25.375.763,01	9.885.269,73	0,00	8.042.494,04	262.985.383,27
Saldos em 31/12/2020		219.681.856,49	0,00	25.375.763,01	9.885.269,73	0,00	8.042.494,04	262.985.383,27
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		50.883.035,72	0	0	0	0	-8.042.494,04	42.840.541,68
Por Devolução (-)		-11.452.772,09	0	0	0	0	0	-11.452.772,09
Reversões de Fundos		0	0	0	0	0	565.007,16	565.007,16
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	0	0	13.463.242,58	13.463.242,58
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controlada:		0	0	0	0	-1.823.175,08	0	-1.823.175,08
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	0	0	-10.307.171,39	-10.307.171,39
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		10.303.737,83	0	0	0	0	0	10.303.737,83
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0	0	783.178,48	0	0	-783.178,48	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	0	0	-156.635,70	-156.635,70
FATES - Atos Não Cooperativos		0	0	0	0	0	-23.357,28	-23.357,28
Saldos em 31/12/2021		269.415.857,95	0,00	26.158.941,49	9.885.269,73	-1.823.175,08	2.757.906,89	306.394.800,98
Saldos em 30/06/2021		259.112.120,11	-22.500.000,03	25.375.763,01	9.885.269,73	-3.629.913,12	4.049.076,47	272.292.316,17
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		10.771.738,28	22.500.000,03	0	0	0	0	33.271.738,31
Por Devolução (-)		-10.771.738,27	0	0	0	0	0	-10.771.738,27
Reversões de Fundos		0	0	0	0	0	565.007,16	565.007,16
Sobras ou Perdas do Período		0	0	0	0	0	9.414.166,11	9.414.166,11
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controlada:		0	0	0	0	1.806.738,04	0	1.806.738,04
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:								
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0	0	0	0	0	-10.307.171,39	-10.307.171,39
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		10.303.737,83	0	0	0	0	0	10.303.737,83
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		0	0	783.178,48	0	0	-783.178,48	0
FATES - Atos Cooperativos		0	0	0	0	0	-156.635,70	-156.635,70
FATES - Atos Não Cooperativos		0	0	0	0	0	-23.357,28	-23.357,28
Saldos em 31/12/2021		269.415.857,95	0,00	26.158.941,49	9.885.269,73	-1.823.175,08	2.757.906,89	306.394.800,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	9.419.689,53	13.468.766,00	17.898.583,97
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.337.379,27)	(13.820.632,86)	(9.567.842,48)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(1.507,85)	(9.181,27)	18.855,65
Atualização de Depósitos em Garantia	(16.389,82)	(23.722,79)	(9.428,12)
Depreciações e Amortizações	254.289,57	486.092,94	317.782,19
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	2.318.702,16	101.322,02	8.657.951,21
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(165.162,52)	(232.181,05)	(5.229.242,673)
Títulos e Valores Mobiliários	(82.578.383,98)	(2.681.890.454,51)	147.018.570,82
Operações de Crédito	(924.668,35)	610.015,80	(3.771.129,35)
Outros Ativos Financeiros	(27.000,00)	299.604,24	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(826,80)	(4.866,54)	(11.914,18)
Outros Ativos	269.845,84	374.849,42	(1.735.344,88)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Prazo	(55.924.183,31)	(56.549.097,02)	(4.023.941.161,45)
Relações Interfinanceiras	76.321.918,31	1.713.067.867,77	6.291.007.357,75
Outros Passivos Financeiros	117.736,90	(323.316,74)	272.940,60
Provisões	16.389,82	(302.881,45)	(90.571,88)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	192.381,62	152.457,59	59.991,23
Outros Passivos	(10.455.837,12)	(11.712.121,93)	(5.925.179,40)
FATES - Atos Cooperativos	(156.635,70)	(156.635,70)	(574.463,86)
FATES - Atos Não Cooperativos	(23.357,28)	(23.357,28)	-
Contribuição Social	(5.523,42)	(5.523,42)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(71.024.603,83)	(1.036.594.318,80)	2.405.737.803,937
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Sobras da Confederação	-	513.777,62	-
Aquisição de Intangível	-	(51.727,72)	(73.697,39)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(188.703,00)	(191.515,04)	(494.718,96)
Aquisição de Investimentos	(11.975.362,56)	(12.489.619,99)	252.572,00
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(12.164.065,56)	(12.219.085,13)	(315.844,35)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	33.271.738,31	42.840.541,68	20.663.430,38
Devolução de Capital à Cooperados	(10.771.738,27)	(11.452.772,09)	(43.546.240,30)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	10.303.737,83	10.303.737,83	5.983.824,19
Reversões de Fundos	565.007,16	565.007,16	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	33.368.745,03	42.256.514,58	(16.898.985,73)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(49.819.924,36)	(1.006.556.889,35)	2.388.522.973,857
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	6.112.793.477,41	7.069.530.442,40	4.681.007.468,54
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	6.062.973.553,05	6.062.973.553,05	7.069.530.442,40
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(49.819.924,36)	(1.006.556.889,35)	2.388.522.973,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em Reais

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		9.414.166,11	13.463.242,58	17.898.583,97
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		1.806.738,04	(1.823.175,08)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		1.806.738,04	(1.823.175,08)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		11.220.904,15	11.640.067,50	17.898.583,97

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo (“Sicoob SP”) é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob SP está sediado à Avenida Professor João Fiúsa, nº 2.604, bairro Jardim Canadá, em Ribeirão Preto SP e sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro, bem como ao território de suas afiliadas.

Está integrada ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS e é uma das acionistas majoritárias do Banco Sicoob, tendo controle compartilhado sobre o mesmo.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil -BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;

- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução BCB nº 02/2020;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;
- CPC 41 – Resultado por ação;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019; e
- CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 1º/02/2022, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

2.1 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

a) Mudanças em vigor

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

m) Depósito à prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

m) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

r) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	18.251,48	4.008,54
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.975.058.668,61	6.990.326.017,87
Títulos e valores mobiliários	87.896.632,96	79.200.415,99
TOTAL	6.062.973.553,05	7.069.530.442,40

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras Do Tesouro	2.002.036.335,67	0,00	1.172.571.987,52	0,00
Ligadas	3.973.022.332,94	0,00	5.817.754.030,35	5.229.242,67
Ligadas Com Garantia	366.696,98	5.461.423,72	0,00	0,00
TOTAL	5.975.425.365,59	5.461.423,72	6.990.326.017,87	5.229.242,67

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no **Banco Sicoob** com remuneração de aproximadamente 104% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
.CDI Pós	3.973.022.332,94	366.696,98	5.461.423,72	3.978.850.453,56
.LFT compromissada	2.002.036.335,65			2.002.036.335,65
TOTAL	5.975.058.668,61	366.696,98	5.461.423,72	5.980.886.789,21

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	213.507.053,72	299.925.296,39	67.307.827,89	152.724.928,71

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (i)	2.681.523.757,53	0,00	0,00	0,00
Cotas de Fundos de Investimento (ii)	87.896.632,96	0,00	79.200.415,99	0,00
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.769.420.390,49	0,00	79.200.415,99	0,00
TOTAL	2.769.420.390,49	0,00	79.200.415,99	0,00

- (i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.
- (ii) Referem-se a cotas de Fundo de Renda Fixa no BANCOOB, cuja remuneração média é de, aproximadamente, 100% do CDI. Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações junto ao Tesouro Nacional.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
LFT	2.681.523.757,53			2.681.523.757,53
Renda fixa	87.896.632,94			87.896.632,94
TOTAL	2.769.420.390,49	0,00	0,00	2.769.420.390,49

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	82.211.687,00	95.441.784,65	13.374.521,19	21.835.130,02
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	2.506.743,97	3.065.014,98	0,00	0,00
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(0,15)	(4.493,50)	(7.113,13)	(7.113,13)
TOTAL	84.718.430,82	98.502.306,13	13.367.408,06	21.828.016,89

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.340.905,27	820.208,28	3.161.113,55	0,00	0,00	0,00
Total de Operações de Crédito	2.340.905,27	820.208,28	3.161.113,55	0,00	0,00	0,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.674,38)	0,00	(9.674,38)	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.331.230,89	820.208,28	3.151.439,17	0,00	0,00	0,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	1.226.236,64	0,00	0,00	1.226.236,64		0,00	
A 0,5% Normal	1.934.876,91	0,00	0,00	1.934.876,91	(9.674,38)	3.771.129,35	(18.855,65)
Total Normal	3.161.113,55	0,00	0,00	3.161.113,55	(9.674,38)	3.771.129,35	(18.855,65)
Total Geral	3.161.113,55	0,00	0,00	3.161.113,55	(9.674,38)	3.771.129,35	(18.855,65)
Provisões	(9.674,38)	0,00	0,00	(9.674,38)		(18.855,65)	
Total Líquido	3.151.439,17	0,00	0,00	3.151.439,17		3.752.273,70	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	132.948,76	2.207.956,51	820.208,28	3.161.113,55
TOTAL	132.948,76	2.207.956,51	820.208,28	3.161.113,55

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Capital de giro	3.161.113,55			3.161.113,55	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	18.855,65	0,00
Constituições/Reversões no período	(9.181,27)	18.855,65
Transferência para prejuízo no período	0,00	0,00
Saldo Final	9.674,38	18.855,65

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	1.934.876,91	0,00%	3.771.129,35	1,00%
10 Maiores Devedores	3.161.113,55	0,00%	3.771.129,35	1,00%
50 Maiores Devedores	3.161.113,55	0,00%	3.771.129,35	1,00%

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendas a Receber	27.000,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia	0,00	535.067,85	0,00	837.949,30
TOTAL	27.000,00	535.067,85	0,00	837.949,30

Refere-se substancialmente a depósitos para Pis e Cofins, atualizados pela taxa SELIC.

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	37.885,30	0,00	37.058,76	0,00
TOTAL	37.885,30	0,00	37.058,76	0,00

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	35.341,73	0,00	343.545,45	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	65.284,07	0,00	99.837,76	0,00
Devedores Diversos – País	46.564,96	0,00	89.912,84	0,00
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios (a)	0,00	1.775.833,62	0,00	2.500.000,00
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0,00	1.516.840,63	0,00	1.516.840,63
(-) Prov. Dev. Ativos não Finc. Mantidos para Venda - Rec.	0,00	(862.402,11)	0,00	(1.586.568,49)
Despesas Antecipadas	11.255,87	0,00	0,00	0,00
TOTAL	158.446,63	2.430.272,14	533.296,05	2.430.272,14

(a) Refere-se a antiga sede da Cooperativa, registrada ao seu valor contábil líquido;

(b) Refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento, de cooperativas ex-associadas, decorrentes de operações de crédito.

11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	147.859.199,10	124.399.676,57
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Credito	29.883.000,00	29.369.222,38
Outras Participações	114.500,00	114.500,00
TOTAL	177.856.699,10	153.883.398,95

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos:

	Bancoob	CCS	Confebrás	CNAC	Sicoob Corretora	SicoobSP Corretora	SicoobSP Securitizadora	Total
Saldo em 1º janeiro de 2020	115.186.773,62	28.934.837,79	500,00	433.517,06	12.500,00			144.568.128,47
Recebimento de dividendos	(7.297.789,39)							(7.297.789,39)
Resultado de equivalência patrimonial	9.567.842,48							9.567.842,48
Aumento de investimentos	8.190.431,20		367,53			51.000,00	51.000,00	8.292.798,73
Transferência de ações ON	(1.247.581,34)							(1.247.581,34)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	124.399.676,57	28.934.837,79	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	153.883.398,95
Saldo em 1º janeiro de 2021	124.399.676,57	28.934.837,79	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	153.883.398,95
Recebimento de dividendos	(2.747.518,15)							(2.747.518,15)
Resultado de equivalência patrimonial	13.306.855,24							13.306.855,24
Aumento de investimentos	14.723.360,52	513.777,62						15.237.138,14
Ajuste de avaliação patrimonial - MM (i)	(1.823.175,08)							(1.823.175,08)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	147.859.199,10	29.448.615,41	867,53	433.517,06	12.500,00	51.000,00	51.000,00	177.856.699,10

12. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso		2.395,00	392.523,69
Instalações	10%	1.469.539,72	1.490.120,72
Móveis e equipamentos de Uso	10%	718.211,69	731.983,55
Sistema de Processamento de Dados	20%	914.132,14	638.457,21
Sistema de Segurança	10%	255.582,58	271.537,77

Sistema de Transporte	20%	91.000,00	91.000,00
Total de Imobilizado de Uso		3.450.861,13	3.615.622,94
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(206.247,34)	(67.677,16)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(654.081,20)	(733.545,64)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(86.955,75)	(68.755,71)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(947.284,29)	(869.978,51)
TOTAL		2.503.576,84	2.745.644,43

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	218.902,43	295.817,79
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	6.400,00	0,00
Total de Intangível	225.302,43	295.817,79
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(195.786,42)	(265.519,19)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(195.786,42)	(265.519,19)
TOTAL	29.516,01	30.298,60

14. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito a Prazo	136.182.115,62	309.911.540,67	488.415.000,00	5.228.000,00
TOTAL	136.182.115,62	309.911.540,67	488.415.000,00	5.228.000,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	3.379.742.201,65	39,00%	2.613.313.435,35	38,00%
10 Maiores Depositantes	8.331.321.760,31	97,00%	6.579.695.600,41	94,00%
50 Maiores Depositantes	8.624.594.280,16	100,00%	6.968.075.509,41	100,00%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(14.229.283,18)	(21.517.033,65)	(911.485,53)	(70.003.517,01)
TOTAL	(14.229.283,18)	(21.517.033,65)	(911.485,53)	(70.003.517,01)

15. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de **2021** equivale a 100% do CDI (**2020** - 100%).

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	8.187.500.623,87	0,00	6.474.432.756,10	0,00
TOTAL	8.187.500.623,87	0,00	6.474.432.756,10	0,00

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	138.570,94	0,00	461.887,68	0,00
TOTAL	138.570,94	0,00	461.887,68	0,00

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB SP** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Contingências	0,00	532.667,85	0,00	835.549,30
TOTAL	0,00	532.667,85	0,00	835.549,30

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 532.667,85 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 511.794,38 em 2020). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas,

entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constitui ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais "CARF", quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 532.667,85 (R\$ 511.794,38 em 31 de dezembro de 2020), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

A Cooperativa é ré em uma demanda de natureza cível, com valor total de R\$ 4.069.838,47, discutidas na esfera judicial, onde a administração decidiu com base na opinião de seus assessores jurídicos, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar provisão para contingência em face desse assunto. A Cooperativa apresenta um processo em curso movido pelo Banco Central do Brasil datado de 30/07/2021, com proposta de realização de tempo de compromisso em curso e que, em razão da fase inicial de procedimentos, não há base para avaliação de expectativa de perdas, sendo este classificado como possível, conforme opinião dos seus assessores jurídicos. Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	0,00	0,00	323.754,92	323.754,92
COFINS	532.667,85	532.667,85	511.794,38	511.794,38
Outras Contingências	0,00	2.400,00	0,00	2.400,00
TOTAL	532.667,85	535.067,85	835.549,30	837.949,30

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	5.523,42	0,00	0,00	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	14.656,81	0,00	17.751,21	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	470.828,72	0,00	322.294,04	0,00
Outros	1.493,89	0,00	0,00	0,00
TOTAL	492.502,84	0,00	340.045,25	0,00

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	4.006.837,95	0,00	5.044.000,26	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	866.991,31	0,00	988.937,60	0,00
Credores Diversos - Pais	28.682,29	0,00	274.524,23	0,00
TOTAL	4.902.511,55	0,00	6.307.462,09	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras	388.377,71	0,00	298.209,17	0,00
Cotas de Capital a Pagar	3.433,56	0,00	623.836,85	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	4.000.040,86	0,00	4.121.954,24	0,00
TOTAL	4.391.852,13	0,00	5.044.000,26	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

21. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	269.415.857,95	219.681.856,49
Associados	15	16

b) Reservas de sobras:

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação para a Reserva Legal é de 25%.

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte 24 de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação.

Na Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2021, foi deliberado a prorrogação da liquidação desse fundo para 31 de dezembro de 2023 e a utilização de R\$ 5.000.000,00 para formação do

Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, visando o atendimento dos interesses das Singulares filiadas.

b.3 Fundo de assistência técnica, educacional e social – Fates

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como. O percentual de destinação do FATES é de 5%.c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, o Sicoob SP realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

23. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 10.677.840,37. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

24. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	84.195,61	144.295,00	52.854,20	68.416,51
TOTAL	84.195,61	144.295,00	52.854,20	68.416,51

25. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas De Captação	(14.229.283,18)	(21.517.033,65)	(911.485,53)	(70.003.517,01)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(274.999.850,48)	(365.466.469,01)	(67.213.551,12)	(85.427.280,41)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.837,75	11.348,92	0,00	0,00
Provisões para Operações de Crédito	(329,90)	(2.167,65)	(264,27)	(18.855,65)
TOTAL	(289.227.625,81)	(386.974.321,39)	(68.125.300,92)	(155.449.653,07)

26. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	32.126,78	32.126,78	9,00	9,00
TOTAL	32.126,78	32.126,78	9,00	9,00

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(97.500,00)	(176.269,68)	(24.334,20)	(48.668,40)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.094.000,03)	(1.803.500,92)	(548.668,98)	(1.097.337,96)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(603.679,13)	(928.131,28)	(305.844,09)	(654.029,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.015.311,80)	(1.908.702,66)	(853.249,67)	(1.620.274,79)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.649.888,01)	(4.974.719,50)	(2.531.871,79)	(4.491.657,17)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(302,50)	(302,50)	(4.362,70)	(11.433,39)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(11.035,83)	(13.435,83)	(2.400,00)	(3.200,00)
TOTAL	(5.471.717,30)	(9.805.062,37)	(4.270.731,43)	(7.926.601,00)

28. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(50.832,56)	(85.806,41)	(23.519,80)	(52.564,88)
Despesas de Aluguéis	(210.398,38)	(402.695,78)	(180.000,00)	(360.000,00)
Despesas de Comunicações	(60.276,35)	(144.275,12)	(72.968,35)	(130.845,11)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(96.383,41)	(141.825,45)	(16.615,35)	(22.845,22)
Despesas de Material	(22.306,47)	(33.606,30)	(36.800,28)	(42.207,61)
Despesas de Processamento de Dados	(219.917,87)	(472.781,66)	(152.354,93)	(347.024,43)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(23.951,29)	(25.181,29)	(379.809,73)	(689.908,81)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(499,90)	(200.797,43)	(262.887,45)
Despesas de Publicações	0,00	(3.400,00)	0,00	(1.260,00)
Despesas de Seguros	(38.257,26)	(75.315,39)	(29.439,59)	(76.815,14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(513.008,50)	(868.911,83)	(337.406,43)	(706.166,54)
Despesas de Serviços de Terceiros	(6.327,24)	(30.607,39)	(55.625,75)	(90.594,32)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(59.279,25)	(179.710,56)	(140.960,05)	(308.226,27)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(393.685,20)	(564.705,17)	(121.688,60)	(326.643,44)
Despesas de Transporte	(13.653,93)	(20.316,40)	(24.646,64)	(36.895,01)
Despesas de Viagem no País	(55.742,60)	(69.406,94)	(16.418,54)	(83.813,66)
Despesas de Amortização	(18.019,80)	(52.510,31)	(35.411,01)	(43.398,79)
Despesas de Depreciação	(236.269,77)	(433.582,63)	(158.890,25)	(274.383,40)
Outras Despesas Administrativas	(343.247,90)	(820.096,66)	(697.363,60)	(1.420.344,42)
TOTAL	(2.361.557,78)	(4.425.235,19)	(2.680.716,33)	(5.276.824,50)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	1.104.654,82	2.442.560,61	1.149.112,13	2.463.431,12
Atualização depósitos judiciais	16.389,82	23.722,79	0,00	9.428,12
Outras rendas operacionais	118.119,07	981.529,96	6.602,97	24.497,10
TOTAL	1.239.163,71	3.447.813,36	1.155.715,10	2.497.356,34

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(16.389,82)	(23.722,79)	0,00	(9.428,12)
Outras Despesas Operacionais	(11.401,20)	(189.743,29)	(113.897,73)	(126.897,73)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	0,00	(0,04)	(0,04)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(386.910,66)	(386.910,66)	0,00	0,00
TOTAL	(414.701,68)	(600.376,74)	(113.897,77)	(136.325,89)

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

a) Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Centro Cooperativo Sicoob - CCS. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao Banco Sicoob, nos termos que estariam disponíveis para terceiros. Em 9 de setembro de 2020, foi divulgada a Carta Circular nº 555 pelo Sicoob Confederação, informando sobre o novo acordo das cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Banco Sicoob, firmado em 11 de fevereiro de 2020, o qual alterou a regra de composição no Conselho de Administração do Banco Sicoob, passando a considerar as dezesseis centrais no quórum de deliberação. Dessa forma, cada Central tem direito a um único voto nas reuniões, independentemente da quantidade de ações que detenha. O peso das ações só será utilizado como critério de desempate.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.975.425.366	6.990.326.018
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	2.769.420.390	79.200.416
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.461.424	5.229.243
Investimentos (nota 8)	147.859.199	124.399.677
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	299.925.296	152.724.929
Títulos e valores mobiliários	98.502.306	21.828.017
Resultado de participação em controlada (nota 8)	14.723.361	9.567.842

b) Centro Cooperativo Sicoob CCS

Centro Cooperativo Sicoob CCS é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	29.448.615	28.934.838
Principais operações:		
Resultado		
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i)	(341.234)	(275.303)

c) Cooperativas Singulares ou Cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 15 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo	437.093.656	488.415.000
Relações interfinanceiras	8.187.500.624	6.474.432.756
Não circulante		
Depósitos a prazo		5.227.753
Principais operações:		
Resultado		
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo	(21.517.034)	(70.003.517)
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(365.466.469)	(85.427.280)

d) Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais	-	13

e) SicoobSP Corretora de Seguros Ltda No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	51.000	51.000

f) Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda

No decorrer do exercício de 2020, foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos	51.000	51.000

g) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(222.049,96)	(379.704,07)	(114.600,60)	(229.201,20)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.094.000,03)	(1.803.500,92)	(548.668,98)	(1.097.337,96)
F.G.T.S. Diretoria	(55.920,00)	(70.920,00)	0,00	0,00

33. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

33.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

33.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

33.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

33.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

34. Seguros Contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência	189.142.614,37	164.850.916,48
Índice de basileia	20,46%	12,76%

RIBEIRÃO PRETO-SP

Rodrigo Matheus Silva de Moraes
Diretor Executivo

Pedro Sergio do Carmo
Diretor Administrativo Financeiro

José Guilherme Cardoso Corsi
Contador

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021, apresentadas em milhares de reais, da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB SÃO PAULO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB SÃO PAULO completou 33 anos mantendo sua vocação de instituição financeira cooperativa, voltada à prestação de serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das 14 cooperativas singulares ativas em 31 de dezembro de 2021. Somos responsáveis pela centralização dos recursos captados pelas singulares e, também atuamos na padronização e supervisão das operações, assessoramento jurídico, comunicação, organização e logística, controladoria e gestão de riscos, capacitação, negócios e tecnologia.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB SÃO PAULO obteve um resultado antes das destinações e pagamento de juros ao capital no montante de R\$ 13.463 (Treze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil), representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 4%.

3. Ativos

Os recursos depositados na tesouraria somaram R\$ 8.750.325 (Oito bilhões e setecentos e cinquenta milhões, trezentos e vinte e cinco mil). Por sua vez a carteira de crédito representava o valor bruto de R\$ 3.151 (Três milhões, cento e cinquenta e um mil).

A carteira de crédito encontrava-se distribuída integralmente na carteira comercial.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 8.624.594 (Oito bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e quatro mil), apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 15%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a Prazo	R\$ 437.093	5%
Centralização Financeira	R\$ 8.187.500	95%

Os dois maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 80% da captação de depósitos a prazo, no montante de R\$ 350.856 (Trezentos e cinquenta milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil). Na centralização financeira, os dois maiores depositantes representavam 66% da captação, no montante de R\$ 5.390.786 (Cinco bilhões, trezentos e noventa milhões, setecentos e oitenta e seis mil).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB SÃO PAULO era de R\$ 189.142 (Cento e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e dois mil). O quadro de associados era composto por 14 cooperativas associadas (2020 a posição era 16).

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Central de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SÃO PAULO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda Área de Controles Internos e Riscos e Área de Auditoria Interna.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo que emite relatórios levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos pela AGO, com mandato até a posse dos eleitos na AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar a do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial semestral e anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de capacitação, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Pacto de Ética

Em 3 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração do Sicoob Confederação e Bancoob instituiu o Pacto de Ética, revogando o Código de Ética. Por meio da Declaração de Ciência, Esclarecimento e Compromisso com o Pacto de Ética do Sicoob todos os empregados ratificaram o compromisso, e os novos empregados, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

O SICOOB SÃO PAULO aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização do Componente Organizacional de Ouvidoria Único definido pelo SICOOB, o qual é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos e serviços, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933/21, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

Agradecimentos

Agradecemos nossas associadas pela preferência e confiança, e aos nossos empregados pela dedicação e comprometimento.

Ribeirão Preto (SP), 25 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva